

As referências normativas a seguir são do art. 400 do Regimento Interno do TJMG



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Ofício Requisitório
de Precatório*

Nº _____ / _____

Controle interno da
Vara/Cartório

* De acordo com o RITJMG e com a Resolução do CNJ nº 115/2010

Magistrado(a)

Vara/Cartório

Comarca

Exmo(a). Senhor(a) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Requisito o pagamento, em favor do(a) credor(a) e beneficiário(s), no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE VALORES

1. REQUISIÇÃO (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI):

Valor Total: R\$ _____ (_____)

O valor total da requisição corresponde à soma dos valores previstos nos itens 2 e 3.
(item 1 = item 2 + item 3 'a' + item 3 'b' + item 3 'c').

Natureza do precatório: ☐ comum ☐ alimentar

Processo de execução número: _____

Data do ajuizamento do processo de conhecimento (se for o caso) : ____ / ____ / ____

Natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento:

☐ Administrativo ☐ Civil ☐ Constitucional

☐ Trabalhista ☐ Tributário ☐ Acidentária

☐ Informar se o precatório decorre de desapropriação de imóvel residencial que se enquadra no art. 78, § 3º, do ADCT da Constituição da República.

Descrição adicional:

Ente devedor: _____

CNPJ do Ente devedor: _____

2. CRÉDITO PRINCIPAL (referente ao credor principal - item 5)

* Valor: R\$ _____ (_____)

*Obs.: apontar o valor deste item deduzido do montante requisitado a título de honorários contratuais de advogado e a título de compensação (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI e § 2º). Vide item 3, 'b' e item 4, 'a'.

Data-base para efeito de atualização monetária do valor: ____ / ____ / ____

3. OUTROS CRÉDITOS:

a) Honorários de sucumbência (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, § 3º):

Valor: R\$ _____ (_____)

*Obs.: apontar o valor deste item deduzido do montante informado a título de compensação em direito de honorários sucumbenciais no item 4, 'b'. (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI e § 2º).

Data-base para efeito de atualização monetária dos valores ____ / ____ / ____ :

Nome do beneficiário: _____

CPF/CNPJ Nº _____

OAB Nº _____

Data de nascimento do credor: ____ / ____ / ____

O beneficiário possui doença grave? ☐ SIM ☐ NÃO

O beneficiário é pessoa com deficiência? ☐ SIM ☐ NÃO

Existe decisão judicial para que haja o pagamento de crédito preferencial? ☐ SIM ☐ NÃO

(CR, art. 100, § 2º; Res. nº 115/2010, art. 10, § 2º).

pág. 1/3

Art. 400, caput

Art. 400, VI

ATENÇÃO

Art. 400, V; 402

Art. 400, I

Art. 400, III

Art. 400, III, IV, VI, VII e XII

ATENÇÃO

Art. 400, III, IV, VI, VII e XII

Nesse item, deve constar a soma de todos os valores devidos aos beneficiários existentes.

É o valor total a ser cobrado, o valor do precatório que será formado.

Os honorários contratuais eventualmente existentes e lançados no item 3 'b' são crédito autônomo, e devem ser deduzidos do valor do credor principal. O mesmo ocorre com o valor compensado. (item 4 'a').

Nesse item, deve constar apenas o valor que o credor principal tem a receber.

No item 3 'a', deve ser apontado o valor já abatido de eventual valor compensado no juízo de origem do Ofício Requisitório que é informado no item 4 'b'.

Nesse item, deve ser lançado o valor que o advogado tem efetivamente a receber, a título de honorários de sucumbência. Se acaso tiver havido expedição de Ofício Requisitório autônomo ou Requisição de Pequeno Valor (RPV) para pagamento do crédito de honorários sucumbenciais, este item (3 'a') não deve ser preenchido. Deve-se informar, entretanto, que houve a expedição autônoma, conforme determina o item 9 'b' deste formulário.

Cód. 10.10.503-4 Versão de 29/08/2018

b) Honorários contratuais de advogado (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, §§ 2º e 3º):

Valor: R\$ _____ (_____)

***Obs.: apontar o valor deste item deduzido do montante eventualmente informado a título de compensação em direito de honorários contratuais no item 4, 'b'.(Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI e § 2º). Vide item 4, 'b'.**

Data-base para efeito de atualização monetária dos valores _____ / _____ / _____ :

Nome do beneficiário: _____

CPF/CNPJ Nº _____

OAB Nº _____

c) Honorários periciais (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, IV e VI):

Valor: R\$ _____ (_____)

***Obs.: apontar o valor deste item já deduzido do montante eventualmente informado a título de compensação em direito de outros beneficiários no item 4, 'c'.(Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI e § 2º). Vide item 4, 'c'.**

Data-base para efeito de atualização monetária dos valores _____ / _____ / _____ :

Nome do beneficiário: _____

CPF/CNPJ Nº _____

Data de nascimento do credor: _____ / _____ / _____

O beneficiário possui doença grave? ☐ SIM ☐ NÃO

O beneficiário é pessoa com deficiência? ☐ SIM ☐ NÃO

Existe decisão judicial para que haja o pagamento de **crédito preferencial**? ☐ SIM ☐ NÃO

(CR, art. 100, § 2º; Res. nº 115/2010, art. 10, § 2º).

4. COMPENSAÇÕES HAVIDAS(Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI):

a) Em direito do credor principal: *

Valor: R\$ _____ (_____)

Natureza da compensação: ☐ Comum ☐ Alimentar

VALOR APURADO APÓS A COMPENSAÇÃO: R\$ _____

Data da intimação da entidade devedora para compensação do crédito do precatório com a dívida ativa: _____ / _____ / _____

Data da decisão definitiva sobre a compensação dos débitos apresentados pela Fazenda Pública na forma do art. 100,

§§ 9º e 10, da Constituição da República: _____ / _____ / _____

b) Em direitos de honorários: *

Valor: R\$ _____ (_____)

Natureza da compensação: ☐ Comum ☐ Alimentar

VALOR APURADO APÓS A COMPENSAÇÃO: R\$ _____

Data da intimação da entidade devedora para compensação do crédito do precatório com a dívida ativa: _____ / _____ / _____

Data da decisão definitiva sobre a compensação dos débitos apresentados pela Fazenda Pública na forma do art. 100,

§§ 9º e 10, da Constituição da República: _____ / _____ / _____

c) Em direito de outros beneficiários: *

Valor: R\$ _____ (_____)

Natureza da compensação: ☐ Comum ☐ Alimentar

VALOR APURADO APÓS A COMPENSAÇÃO: R\$ _____

Data da intimação da entidade devedora para compensação do crédito do precatório com a dívida ativa: _____ / _____ / _____

Data da decisão definitiva sobre a compensação dos débitos apresentados pela Fazenda Pública na forma do art. 100,

§§ 9º e 10, da Constituição da República: _____ / _____ / _____

*** É obrigatória a juntada do Certificado de Compensação no Ofício Requisitório, caso esta tenha ocorrido. O modelo de Certificado de Compensação está disponível na Rede TJMG, em <http://www8.tjmg.jus.br/servicos/formularios/faces/lista/formularios.jsp>, no arquivo denominado «Certificado de Compensação de Precatório» código 10.10.506-9 (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 6º, § 3º).**

pág. 2/3

ATENÇÃO

Art. 400, III, IV, VI, VII e XII

ATENÇÃO

Ofícios Requisitórios sem informação sobre intimação para efeito do art. 100, §§ 9º e 10º e sem Certificado de Compensação serão aceitos apenas se houver cópia de decisão expressa do magistrado neste sentido (entendendo pela desnecessidade da intimação da entidade devedora - ADI 4357 STF)

Havendo compensação realizada pelo juízo de expedição do Ofício Requisitório, é obrigatório o envio do Certificado de Compensação.

Nos itens 3 'b' e 3 'c', devem ser apontados os valores já abatidos de eventuais valores compensados, que são informados nos itens 4 'b' e 'c'. São os valores que estes beneficiários têm efetivamente a receber.

A 'Data da decisão definitiva sobre a compensação' só precisa ser lançada se tiver havido compensação pelo juízo de origem do Ofício Requisitório.

Art. 400, III

Art. 400, XII

Art. 400, IV e XVIII, § 2º e § 3º

Art. 400, VI

Art. 400, VIII

Art. 400, IX

Art. 400, XI

ATENÇÃO
Enviar documentos

Enviar Certidão prestando estas informações, anexa ao Ofício Requisatório

Art. 400, XIV

Art. 400, XV

Enviar 2 vias do ofício e das cópias autenticadas. A autenticação das cópias pode ser feita por Certidão de autenticidade lavrada pelo escrivão, ou individualmente, por documento.

INFORMAÇÕES SOBRE O CREDOR PRINCIPAL

5. CREDOR PRINCIPAL

Nome do credor principal: _____

CPF / CNPJ Nº _____

Data de nascimento do credor: ____/____/____

O credor possui doença grave? ☐ SIM ☐ NÃO

O credor é pessoa com deficiência? ☐ SIM ☐ NÃO

Existe decisão judicial para que haja o pagamento de **crédito preferencial**? ☐ SIM ☐ NÃO

(CR, art. 100, § 2º; Res. nº 115/2010, art. 10, § 2º).

a) O credor é: **(Selecionar apenas uma opção).**

☐ Incapaz

☐ Espólio

☐ Massa Falida

☐ Menor

Nome do representante legal: _____

CPF / CNPJ Nº _____

OAB Nº (se for o caso) _____

b) Informações sobre o **procurador do credor principal**:

Nome: _____

CPF / CNPJ Nº _____

OAB Nº _____

INFORMAÇÕES SOBRE TRÂNSITO EM JULGADO

6. Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão do processo de conhecimento: ____/____/____

7. Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou à impugnação ou a data do decurso de prazo para sua oposição ____/____/____:

É possível que não tenha havido processo de conhecimento, e/ou que não tenha havido embargos à execução

É obrigatório, **se for o caso**, o envio da(s) cópia(s) da(s) respectiva(s) decisão(sões) dos itens 6 e 7.

OUTRAS INFORMAÇÕES

8. Fornecer as seguintes indicações:

☐ Precatório **parcial**

☐ Precatório **complementar**

☐ Precatório **suplementar**

Parcialé o precatório expedido para pagamento de parte incontroversa de execução

☐ Existepenhorasobre o crédito ✖Valor :R\$ _____ (_____)

✖ Obs.: Anexar cópia da decisão referente à penhora, **se for o caso**.

Havendo penhora, a decisão que a determinou deve obrigatoriamente ser anexada ao Ofício Requisatório.

9. Enviar:

a) cópia de documento que conste o nome e o nº do CPF/CNPJ/OAB e, se for o caso, PIS/PASEP e NIT, de qualquer **credor, representante legal** ou **advogado** que for mencionado no Ofício Requisatório;

b) cópia(s) de decisão(ões) referente a **precatório** ou **Requisição de PequenoValor (RPV)** expedido ou em fase de expedição, que tenha relação com honorários advocatícios de sucumbência ou ainda honorários periciais;

c) memória detalhada dos cálculos efetuados, individualizada por credor/beneficiário, com inclusão do valor principal da dívida, taxa de juros e a forma do seu cálculo, índices e base de cálculo da correção monetária e multa, se for o caso.

Obs.: O Ofício Requisatório e as cópias que o instruem devem ser enviados em duas vias autenticadas.

_____, ____ de _____ de _____

Escrivão(ã) Judicial

Magistrado(a)

Versão de 29/08/2018
Cód. 10.10.503-4

pág.3/3